

Cresce discussão sobre autonomia

Participando ativamente da Comissão da Organização do Estado, a maior parte dos parlamentares da bancada do DF está atenta para a apresentação das emendas à comissão temática, no que diz respeito à autonomia do DF. Esta semana, a autonomia financeira do DF foi discutida no plenário da Comissão, e uma proposta substituindo-se um futuro governador por um prefeito, suscitou reações da bancada.

Uma das questões polêmicas surgidas na apreciação das emendas foi uma sugestão do deputado Rubem Figueiró (PMDB-MS), de que Brasília tivesse, ao invés do governador e da Assembléia Legislativa pretendidos, um prefeito e uma Câmara de Vereadores. A justificativa do deputado foi a de que Brasília não é um Estado e poderia ser considerado um município neutro, por sediar a governo federal. De acordo com a emenda do deputado do PMDB seria mantida uma Comissão Mista do DF, for-

mada no Congresso Nacional, e que teria a incumbência de elaborar a Lei Orgânica do DF, e apreciar as leis aprovadas pela Câmara Municipal. Os recursos para o "município neutro" continuariam vindo da União, acrescidos do recolhimento dos impostos e taxas já recolhidos nos estados e municípios:

A resposta da bancada de Brasília à emenda se deu através do deputado Jofran Frejat (PFL-DF), que invalidou os argumentos de Rubem Figueiró. Frejat declarou em primeiro lugar, que Brasília já tem senadores e deputados federais, portanto, um prefeito ficaria muito aquém, levando o Distrito Federal à categoria de município. O deputado diz que Brasília já tem uma vida econômica e política e uma complexidade que permite que se pense em governador para a cidade. "Além disso, um prefeito teria dificuldades de acesso, em termos hierárquicos, à ministros e ao Poder Executivo Federal".

Além da discussão em torno de se eleger prefeito ou governador, a autonomia financeira também foi debatida na Comissão de Organização do Estado. De acordo com o deputado Francisco Carneiro, argumentou-se que Brasília dependia dos recursos da União para sobreviver economicamente, e que a autonomia financeira seria impraticável no DF. Carneiro, outro representante do Distrito Federal na Constituinte, contra-argumentou que além do DF, 19 outras unidades da federação também dependem do governo federal no que diz respeito à recursos, e nem por isso deixam de ter, pelo menos de direito, sua autonomia financeira. Francisco Carneiro ressaltou também no plenário da comissão que a falta de recursos para o Distrito Federal é fruto de uma má arrecadação de tributos, onde a maior parte dos impostos vai para o governo federal, e deixam estados e municípios sem uma importante fonte de renda.